

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ**  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**PRIMEIRA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 03 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 007/2015

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **ATACADÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**

Recurso Processo nº: PG912710-9 de 05/12/2013

Auto de Infração SMS Nº. 06228 (OS 30220) Valor: R\$1.312,80

**ACÓRDÃO**

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter sido constatado a presença de produto visivelmente deteriorado ou alterado, infringindo o disposto do artigo 191, parágrafo único, da Lei Complementar n. 004/92, conforme determina o disposto do art. 755, VI do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

**EMENTA**

Recurso de Ofício. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 06228 (OS 30220). Denúncia do consumidor. Procedente. Princípio da verdade material. Auto de Infração convalidado nos termos do Código Sanitário e do Consumidor. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 06 de fevereiro de 2.015

*Pedro Marcelo de Simone*

Presidente

*Jair Alves da Rocha*

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

*Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Conselheiro Relator

*Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA  
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 010/2015

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU569896-9 de 10/05/2013

Auto de Infração SMTU Nº. 48522 Valor: 20 UPF's

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por transitar com o elevador de acessibilidade para P.N.E inoperante, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 58, §1º c/c §7º e art. 56, II da Lei nº 1.789/81.


A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

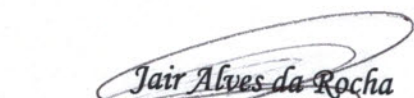
EMENTA

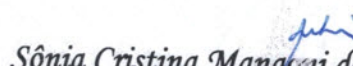
Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 48522. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Transitou com elevador de acessibilidade para P.N.E inoperante. Intempestividade da notificação de citação. Ausência de testemunhas e local da infração na autuação. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2.015

  
**Pedro Marcelo de Simone**  
Presidente da Turma

  
**Samuel Barrem da Silva**  
Conselheiro Relator

  
**Jair Alves da Rocha**  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

  
**Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis**  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA  
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 013/2015

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU570870-7 de 27/05/2014

Auto de Infração SMTU Nº. 48134 Valor: 20 UPF's

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por transitar com o elevador de acessibilidade para P.N.E inoperante, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 58, §1º e §7º da Lei nº 1.789/81.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 48134. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Transitou com elevador de acessibilidade para P.N.E inoperante. Intempestividade da notificação de citação. Ausência de testemunhas e local da infração na autuação. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2.015



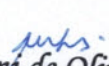
*Pedro Marcelo de Simone*  
Presidente da Turma



*Samuel Barrem da Silva*  
Conselheiro Relator



*Jair Alves da Rocha*  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



*Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
**CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS**

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA**  
**SEGUNDA TURMA JULGADORA**

Sessão do dia 11 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 014/2015

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedroso*

Recorrente: **BRENO GOMES DA SILVA - ME**

Recurso Processo nº: PG1305296-1 de 05/05/2014

Auto de Infração SMS Nº. 12267 (cont.12268, 12269, 12271 e 12272; Notificação 7340) Valor: R\$3.938,40

**ACÓRDÃO**

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter sido constatado a presença de irregularidades: produtos alimentícios vencidos e expostos ao consumo; produtos sem procedência; manipuladores de alimentos que manipulavam dinheiro simultaneamente sem a devida higienização das mãos e área de produção das refeições inadequada, podendo acarretar contaminação dos alimentos comercializados e produzidos, infringindo o disposto no art. 196 da Lei Complementar n. 004/92 c/c Item 4.1 - sub-itens 4.1.2, 4.1.10, 4.1.5, 4.1.13, 4.1.14; Item 4.2 - sub-itens 4.2.1, 4.2.6; Item 4.6 - sub-item 4.6.13; Item 4.7 - sub-itens 4.7.5 e 4.7.6; Item 4.8 - sub.item 4.8.18.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

**EMENTA**

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de infração n.12267 (cont.12268, 12269, 12271 e 12272; Notificação 7340). Denúncia do MP/MT. Procedente. Princípio da verdade material. Auto de Infração convalidado nos termos do Código Sanitário e do Consumidor. Abertura de prazo para as devidas adequações conforme preceitos da lei. Recorrente manteve inerte. Procedimento fiscalizatório revestido de presunção de veracidade e legitimidade. Preliminar rejeitada. Não há que se falar em *bis in idem* trata-se de ocorrência diversas. Infrações sanitárias tem sua dosimetria fixada em lei. Contraditório e ampla defesa garantida. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 13 de fevereiro de 2.015

*Rosbeck Bucair*  
Presidente

*Jair Alves da Rocha*  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

*Elías Correia Pedroso*  
Conselheiro Relator

*Juliette Caldas Migueis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA  
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 24 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 015/2015

Conselheiro Relator: *Murilo César M Godoy*

Recorrente: **MEDIMAGEM RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA – IMEDI**

Recurso Processo nº: PG982702-0 de 20/03/2014

Auto de Infração SMS Nº. 04606 (cont.04609; Notificação 067861) Valor: R\$656,40

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por estar a empresa funcionando sem a devida autorização da fiscalização sanitária, infringindo o disposto no art. 331, §7º da Lei Complementar n. 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de infração n. 04606 (cont.04609; Notificação 067861). Falta de Alvará Sanitário. Inspeção sistemática. Princípio da verdade material. Auto de Infração convalidado nos termos do Código Sanitário e do Consumidor. Abertura de prazo para as devidas adequações conforme preceitos da lei. Recorrente manteve inerte. Procedimento fiscalizatório revestido de presunção de veracidade e legitimidade. Contraditório e ampla defesa garantida. Inexistência de qualquer irregularidade material ou formal e/ou fundamento de fato e de direito a demonstrar necessidade de reforma da decisão de 1ª Instância. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 26 de fevereiro de 2.015

*Pedro Marcelo de Simone*  
Presidente

*Murilo César M Godoy*  
Conselheiro Relator

*Jair Alves da Rocha*  
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

*Sônia Cristina Mangoni de O Lelis*  
Representante Fiscal do Município de Cuiabá



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ  
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA  
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 25 de fevereiro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 016/2015

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **LOLY ADM. EMPREEND. AGROPECUÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.029.582/2014-1 de 19/09/2014

Assunto: Cancelamento de IPTU/2013 e 2014 Valor: R\$ 819.481,80

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pelo **CANCELAMENTO** dos débitos de IPTU/2013 e 2014 e os acréscimos legais constantes na inscrição n. 05.8.34.001.5492.001 **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento se deu com base na decisão de 1ª e 2ª Instância Administrativa que cancelou o IPTU/2012. Imóvel desprovido de qualquer melhoramento previsto no art. 32, §§1º e 2º do CTN e art. 209 da LC 043/97. Recorrente pugna pelo cancelamento do IPTU/2013 e 2014 visando a não incidência, sob alegação de que restou comprovado a conservação das características do imóvel, sem qualquer melhoramento necessário e mediante recente laudo técnico expedido pela Coordenadoria de Cadastrado Imobiliário.

A decisão de 1ª Instância julgou pelo cancelamento dos débitos de IPTU/2013 e 2014 constantes na inscrição 05.8.34.001.5492.001.

EMENTA

Recurso de Ofício. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Cancelamento do IPTU/2013 e 2014. Inexistência de melhoramentos exigidos pela legislação vigente. Laudo técnico atesta imóvel simples desprovido de qualquer melhoramento. Situado em zona de expansão urbana. Área utilizada para atividade rural. Decisão Administrativa pela não incidência do IPTU 2012. Recente laudo atesta a inexistência de qualquer melhoramento exigido em lei para fins de incidência do IPTU. Inocorrência de qualquer alteração das características físicas e da destinação do imóvel. Recurso conhecido e provido para declarar a não incidência do IPTU 2013 e 2014.

Cuiabá, 26 de fevereiro de 2.015

*3/eecc*  
*Rosbeck Bucair*

Presidente da Turma

*Elías Correia Pedrozo*

Conselheiro Relator

*Jair Alves da Rocha*

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

*Juliette Caldas Miguéis*

Representante Fiscal do Município de Cuiabá